

## CONSELHO SUPERIOR DO CINEMA

ATA DA REUNIÃO DE 17/SETEMBRO/2008

No dia 17 de setembro de 2008, no Palácio do Planalto, em Brasília, DF, no período das 9h30min às 12h, foi realizada a Reunião Ordinária Nº02/2008 do Conselho Superior do Cinema, com a presença dos seguintes Ministros de Estado: **Dilma Rousseff**, Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Presidente do Conselho Superior do Cinema - CSC; **Juca Ferreira**, Ministro da Cultura; **Tarso Genro**, Ministro da Justiça; Participaram da reunião, em substituição aos titulares dos seus Ministérios: **João Bachur**, chefe de gabinete do Ministro da Educação; **Samuel Pinheiro Guimarães**, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores; **Marcelo Bechara**, consultor jurídico do Ministério das Comunicações; **Marcelo de Matos Ramos**, da Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Na condição de representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional, estiveram presentes os Conselheiros titulares **André Pompeia Sturm**, **Ícaro Martins**, **Giba Assis Brasil** e os Conselheiros suplentes **Édina Fujii**, **Sergio Sanz**, **Solange Souza Lima** e **Wilson Alves Feitosa** e **Marco Antônio Altberg**. Como representantes da sociedade civil, estiveram presente o Conselheiro titular **Evandro do Carmo Guimarães** e os Conselheiros suplentes **Carlos Eduardo de Alkimim** e **Jorge Saad Jafet**. Participaram ainda na condição de convidados: **Jorge Bittar**, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro; **Luiz Alberto dos Santos**, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil; **Sílvio Da-Rin**, Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura; **Manoel Rangel**, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; **Marconi Maya**, Gerente Geral de Regulamentação e Outorgas de Serviço de TV por Assinatura da Anatel; **Eliana Zugaib**, Diretora da Divisão de Promoção do Audiovisual do Ministério das Relações Exteriores; **Lara Caracciolo Amorelli**, assessora da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Não enviaram representantes à reunião o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Secretária de Comunicação Social da Presidência da República. A pauta da reunião consistiu em dois pontos: (1) leitura e aprovação da ata da reunião anterior, e (2) apresentação e discussão de substitutivo do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 29/2007, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen (DEM/SC) e demais projetos apensados. O Deputado Jorge Bittar (PT/RJ), responsável pela relatoria do PL na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, foi convidado pelo Conselho para a apresentação do substitutivo. A reunião foi aberta com a saudação da Ministra Chefe da Casa Civil. A seguir, foram debatidos os itens de pauta. No primeiro ponto, a ata da reunião anterior do Conselho foi aprovada sem maiores considerações pelos conselheiros.

Em seguida, a Ministra Dilma Rouseff passou a palavra ao Deputado Jorge Bittar. O deputado começou sua apresentação esclarecendo sobre a tramitação do substitutivo ao PL 29 na Câmara dos Deputados. Em seguida, falou sobre a convergência digital e a possibilidade das empresas de telefonia entrar no mercado de distribuição de conteúdos audiovisuais, especialmente no serviço de televisão por assinatura – o que é vedado pela legislação vigente. Citou ainda a questão do Triple Play – o oferecimento da oferta combinada de serviços de televisão por assinatura, telefonia e acesso banda larga à internet. Jorge Bittar apresentou um panorama do mercado de televisão por assinatura no Brasil e sua proposta de substitutivo ao PL 29, que pretende unificar em um mesmo marco legal, os serviços de televisão por assinatura. Avançou para a apresentação da cadeia de valor do serviço de televisão por assinatura, em duas camadas, audiovisual e telecomunicações, e mostrou a proposta de cotas de conteúdos brasileiros no âmbito da programação. O deputado terminou sua apresentação

explicando novamente o trâmite da matéria no Legislativo federal e os pontos polêmicos do projeto. Em seguida, a palavra foi repassada aos presentes à reunião.

Aberto o debate, o representante do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, defendeu a neutralidade tecnológica do projeto e a proposição de mais competição que ele encerrava. A Ministra Dilma Roussef comentou sobre as diferenças entre Brasil e Argentina no que tange ao mercado de televisão por assinatura. Manifestou que o governo acha que o projeto de lei pode ser um avanço institucional importante para a televisão por assinatura no Brasil e apontou que é necessário certo consenso para o bom termo do PL na Câmara. Recomendou ainda que as discussões se dirigissem aos pontos de maior conflito na proposta do substitutivo. Os conselheiros teceram considerações sobre a proposta de substitutivo apresentado pelo Deputado Jorge Bittar, especificamente sobre o tempo de vigência dos contratos das operadoras de televisão por assinatura, a necessidade de cotas para a produção independente na programação dos canais, a desagregação e compartilhamento da rede (*unbundling*), a relação entre cotas e aumento do mercado de televisão por assinatura no país e sobre a possível elevação de preços dos serviços. Foi lembrado o caso norte-americano, de proteção à produção independente na televisão aberta que durou até a década de 90 e o deputado foi parabenizado pela proposta de uma política de cotas, assim como pela condução do processo de negociações e entendimentos. O deputado Jorge Bittar respondeu aos conselheiros dizendo que os contratos seriam respeitados e que haveria incentivos à migração dos contratos atuais para as novas normas. Sobre concorrência, especificamente sobre *unbundling* (desagregação das redes), o deputado disse que a legislação vigente, expressa na Lei Geral de Telecomunicações, seria suficiente, e que a proposta de substitutivo do PL não contemplava a questão. Disse ainda sobre a necessidade de a ANATEL regulamentar a desagregação das redes.

Devido a compromissos de agenda, a Ministra Dilma Roussef e do Ministro Tarso Genro tiveram de se retirar da reunião. Sob a presidência do Ministro da Cultura Juca Ferreira, o debate foi retomado com considerações sobre a possibilidade de o Conselho Superior do Cinema promover maior consenso no trâmite da matéria. Os participantes observaram as premissas da proposta, os efeitos positivos no setor audiovisual como um todo, o possível alargamento do mercado de televisão por assinatura, com queda de preços, a preocupação como o aumento de custos das empresas programadoras e o possível repasse desse aumento de custos para os assinantes. Manoel Rangel afirmou que a Agência Nacional de Cinema acompanhava o debate. Observou que a leveza do marco regulatório contido na proposta de substitutiva permitiria lidar com a evolução do mercado audiovisual no futuro. Assinalou que seria preciso abrir o mercado de distribuição para mais competidores e que seria preciso garantir um espaço importante para o conteúdo brasileiro no mercado de televisão por assinatura, implicando a garantia de espaço para empresas de capital nacional, especialmente na programação. Considerou ainda o esforço feito pelo deputado Jorge Bittar na construção do consenso e a importância de se preservar as cotas para conteúdos nacionais. O deputado Jorge Bittar discorreu sobre os acordos estabelecidos até aquele momento, que estariam consolidados no texto do substitutivo e afirmou que as negociações para a consolidação de entendimentos não desembocariam na supressão do capítulo das cotas. O Ministro Juca Ferreira observou que o Ministério da Cultura tem acompanhado o debate acerca da Convergência Digital e que o PL 29 abria a oportunidade de o Brasil se destacar como produtor de conteúdos. O ministro observou ainda os efeitos negativos caso a proposta de substitutivo viesse a não contemplar elementos normativos para a camada de conteúdos audiovisuais. Foi lembrada a importância de o Conselho Superior de Cinema posicionar-se sobre a proposta de novo marco normativo para os serviços de televisão por assinatura e propuseram a formação de um grupo de acompanhamento das questões ligadas ao PL 29.

Foi aprovada a formação do grupo de trabalho integrado pelos conselheiros Marco Altberg, Evandro Guimarães, Jorge Saad, Carlos Alckimin, Paulo Bocato. Foi sugerido, por fim, que a reunião seguinte do Conselho tratasse do mercado de cinema no Brasil.

A partir das considerações dos participantes da reunião e das propostas apresentadas, foi escrita esta ata, aprovada pelo Conselho Superior do Cinema e assinada por seu Presidente e pelo Secretário-Executivo.